

DECISÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Terra indígena Menku, em Brasnorte, não passará por demarcação

O processo de estudos para novas medições se arrastava há 15 anos

Assessoria

Uma vitória para quem atua contra a nova demarcação de terras indígenas no país foi obtida no Ministério da Justiça. O titular da Pasta, ministro Anderson Torres, decidiu que a terra indígena Menku, em Brasnorte, não será alvo da ampliação para criação de reserva indígena. O processo de estudos para determinar as novas medições se arrastava há 15 anos.

Torres tomou como base que não houve atendimento do que é disposto na Constituição Federal. A legislação federal deter-

mina, no parágrafo 1º do artigo 231, que “são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua re-

“
Decisão foi um passo importante, mas ainda há um longo caminho

produção física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.” Agora, os autos devem ser reme-

tidos à Fundação Nacional do Índio (Funai) para arquivamento.

“Desaprovo a identificação, com base no inciso III do § 10 do art. 2º do Decreto 1.775/1996, em razão da decadência da possibilidade de revisão do primeiro procedimento demarcatório da Terra Indígena Menku, aplicando o disposto no art. 54 da Lei 9.784/1999, bem como o decidido pelo Supremo Tribunal Federal [...]”, reforça a decisão de 7 de novembro.

Essa ação é considerada uma vitória para parlamentares e ativistas que atuam em defesa da manutenção das demarcações como já estão. O deputado Nelson Barbudo (PL) é dos que lutam pela aprovação do Projeto de Lei 490, criado em 2007.

A proposta prevê que a demarcação de terras indí-



Nelson Barbudo lutava pela aprovação do Projeto

genas será feita por meio de leis, fazendo valer, portanto, o marco temporal. “Essa decisão foi um passo importante, mas ainda há um longo caminho para percorrermos”, diz.

Produtor rural e vereador brasnortense Norberto Júnior (PL), lembra que a área já era demarcada, portanto, seu estudo para ampliação era inconstitucional. Mas mesmo assim,

foi mais de uma década de luta, por um lado, e braços cruzados pelas produções impedidas, de outro.

“Agora todo mundo vai poder voltar a trabalhar legalmente, volta a ter o seu direito a crédito e de produzir dentro da sua área ou reserva”, reforça Norberto, que também é vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais de Brasnorte (Aprub).



Governador se reúne com Senado na COP-27

REUNIÃO NA COP-27

Mendes propõe confisco da área de quem desmatar ilegalmente

Ele defende necessidade de endurecer punição para coibir a prática

LUCAS RODRIGUES / Secom- MT

Durante reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o governador Mauro Mendes defendeu pena de confisco e perda de bens a quem praticar desmatamento ilegal no país. A proposta foi feita durante encontro na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm El Sheik, no Egito, e deve ser formalizada via minuta de projeto de lei nas próximas semanas.

De acordo com Mauro Mendes, é preciso endurecer as medidas de combate ao desmatamento ilegal para que o Brasil tenha

resultados mais efetivos. “O Brasil tem combatido o desmatamento ilegal com os mesmos instrumentos e os resultados têm sido muito longe daquilo que gostaríamos. E isso traz um prejuízo gigantesco para o nosso país, para a vida, para a nossa imagem e para a economia”, relatou.

A perda da propriedade de quem cometer o crime ambiental, de acordo com o governador, irá coibir a prática. “Proponho uma medida forte para comba-

“
Proponho uma medida forte para combater o desmatamento

ter o desmatamento ilegal: perdimento da área de terra para quem fazer o desmatamento ilegal. Quem fez e ficar comprovado toma para si a responsabilidade. É game over. Se desmatar ilegalmente, aquela área, aquele CAR [Cadastro Ambiental Rural] fica perdido. Se não for área regularizada, fica decretada a perda da posse”, explicou.

Para o governador, o prejuízo causado pelo desmatamento ilegal é enorme e, portanto, a punição deve ser de igual proporção.

O presidente do Senado afirmou que está aberto a discutir essa proposta no Congresso Nacional. “Essa é uma proposta que teremos que debater no Congresso e acredito que deve estar aliada ao fortalecimento dos programas de regularização fundiária”.